

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E O TERCEIRO SETOR

Renata Rodrigues da Silva

renatadageo@yahoo.com.br

Mestranda da Universidade Federal de Uberlândia

Geisa Daise Gumiero Cleps

gdgumiero@ras.ufu.br

Profa. Dra. Instituto de Geografia

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O capitalismo, embora seja um modo de produção bastante resistente, capaz de enfrentar várias crises e ainda assim se fortalecer depara-se com formas de resistências, uma vez que esse sistema é sustentado por desigualdades e injustiças. Como exemplo dessas resistências destaca-se a socioeconomia solidária ou economia solidária, que se constitui em uma alternativa de geração de trabalho e renda, buscando a inserção de excluídos social e economicamente na sociedade. Entende-se por socioeconomia solidária, alternativas que visem minimizar problemas relacionados ao desemprego crescente, sendo também uma fonte de geração de renda para parte da população que não é atendida pelo modo capitalista de produção. A prática de socioeconomia solidária constitui-se como um fenômeno antigo, tendo origem com a Revolução Industrial. Porém, observa-se um incentivo maior a esta outra economia a partir das últimas décadas do século XX, principalmente no Brasil, destacando-se o processo de expansão da socioeconomia solidária no país, bem como no estado de Minas Gerais. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a atual situação da socioeconomia solidária no Brasil e, especialmente, no estado de Minas Gerais.

Palavras-chaves: Socioeconomia Solidária. Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Comércio Solidário. Minas Gerais.

SOCIOECONOMIC CONSIDERATIONS FOR DEVELOPMENT AND THE THIRD SECTOR

ABSTRACT

Capitalism is a mode of production resistant facing many crises and forms of resistance, because it is a system supported by inequality and injustice. The Partnership economy of solidarity is an example of such resistance and is an alternative source of employment and income for the inclusion of socially and economically excluded in society. The Partnership economy of solidarity is an alternative that seeks to minimize the problem of increasing unemployment and a growing source of income generation for people excluded from capitalism. The development of Partnership economy of solidarity is an old phenomenon, began during the Industrial Revolution, but it intensified after the last decades of the twentieth century, especially in Brazil. So the highlight was the growth of Partnership economy of solidarity in the country and the state of Minas Gerais. The study aims to analyze the current situation of Partnership economy

Keywords: Partnership economy; Partnership economy enterprises; Fair Trade; Minas Gerais.

Recebido em 10/02/2011

Aprovado para publicação em 03/06/2011

Este artigo constitui parte dos resultados obtidos em pesquisas realizadas ao longo de três anos de projetos de Iniciação Científica, fomentados pelo CNPq e, posteriormente, com auxílio financeiro da FAPEMIG. Tais pesquisas foram desenvolvidas pelas autoras do presente trabalho, sob a orientação da Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps, do IG-UFU.

INTRODUÇÃO

O capitalismo, embora seja um modo de produção bastante resistente, capaz de enfrentar várias crises e, ainda assim, se fortalecer, depara-se na atualidade com formas de resistências, por se tratar de um modelo sustentado por desigualdades e injustiças. Nesse sentido, paralelamente ao sistema capitalista, existem formas alternativas que buscam atender e suprir as necessidades mínimas da parcela da população que se encontra à margem do modo de produção vigente.

Nesse contexto, destacam-se a prática de outra forma de economia que agrega, além de características econômicas, também questões sociais e ambientais, sendo esta denominada por socioeconomia solidária ou economia solidária. A socioeconomia solidária pode ser entendida como uma alternativa encontrada para minimizar problemas relacionados ao desemprego crescente, que busca a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e, também, uma fonte de geração de renda para parte da população que tem sido excluída pelo capitalismo.

De acordo com Singer (2007), a socioeconomia solidária surgiu no século XIX como consequência da Revolução Industrial, e pelo fortalecimento do modo capitalista de produção, onde os trabalhadores preocupados com as condições desumanas de trabalho resolveram se unir e lutar contra as desigualdades geradas pela instituição do trabalho assalariado. Entretanto, somente a partir das últimas décadas do século XX que essa outra economia ressurgiu com maior intensidade em alguns países como, por exemplo, o Brasil, devido, dentre outros fatores, ao aumento nas taxas de desemprego. A prática da economia solidária não é um fenômeno recente. Porém, no Brasil, essa outra forma de economia apresenta destaque maior, a partir das últimas décadas do século XX, como já mencionado. Devido a fatores como a geração de trabalho e de renda, o trabalho coletivo e autogestionário, a distribuição de renda, a incorporação dos excluídos na sociedade dentre outros, é que a socioeconomia solidária encontra-se em processo de expansão. Neste sentido, observa-se que essa outra economia é sustentada por quatro princípios básicos, sendo eles: trabalho coletivo, solidariedade, autogestão e desenvolvimento de uma atividade econômica.

A socioeconomia solidária contraria os princípios básicos do capitalismo, como por exemplo, a acumulação de capital e a individualidade presente entre os trabalhadores. Cabe salientar que o sistema capitalista nunca se apresentou como um modo de produção totalitário. Desde a instituição do capitalismo como modo de produção existiu uma parcela da sociedade que esteve à sua margem, seja por embates ideológicos, seja pelo próprio fato de que no capitalismo não há espaço para todos, visto que são as desigualdades sociais e econômicas que asseguram sua sobrevivência.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a socioeconomia solidária, apresentando alguns conceitos. Para tanto se fez necessário um levantamento histórico do modo capitalista de produção, demonstrando que este se encontra sustentado por injustiças e desigualdades socioeconômicas, sendo a prática da economia solidária uma possível alternativa para contornar tal situação. Além disso, este trabalho abrange também o surgimento e os fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessa outra economia no Brasil e em Minas Gerais. Destaca ainda, a relação entre a socioeconomia solidária e o Terceiro Setor da Economia, bem como a relação socioeconomia solidária e o "Circuito Inferior" da Economia. Ressalta-se que o enfoque da economia solidária enquanto pertencente ao "Circuito Inferior", proposto por Santos (2008), constitui-se numa tentativa geográfica de abordar a temática da socioeconomia solidária.

Para a concretização da pesquisa, cujos resultados são aqui apresentados, foram realizadas consultas em várias instituições Governamentais, destacando-se o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Centro de Incubação de Empreendimentos de Economia Popular Solidária (CIEPS) e outros.

No que concerne ao referencial teórico básico, no desenvolvimento da pesquisa foram utilizados trabalhos produzidos por vários pesquisadores brasileiros que tem se dedicado aos estudos da Socioeconomia Solidária, da Economia Popular Solidária, do Comércio Solidário e

do Consumo Solidário. Entre estes trabalhos destacamos os desenvolvidos por Cattani, A. D. (2003); Arruda, M (2003); Gaiger, L. I. (2003); Singer, P. (2004, 2007) entre outros.

O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: AS DESIGUALDADES E AS INJUSTIÇAS SOCIOECONÔMICAS GERADAS A PARTIR DO CAPITALISMO

O capitalismo constitui-se em um sistema socioeconômico em que os meios de produção são propriedade de uma determinada classe social, que sobressai econômica e socialmente em relação à classe trabalhadora que possui apenas a força de trabalho. O capitalismo como modo de produção surgiu no século XVI. O período compreendido de seu surgimento até o século XVIII denomina-se Capitalismo Manufatureiro, porém, tal modo de produção destaca-se ainda mais com a Revolução Industrial, ocorrida, primeiramente, na Inglaterra.

A partir da Revolução Industrial, o modo de produção capitalista passa a dominar a maioria dos países, sobretudo na porção ocidental do planeta. O capitalismo destaca-se também por ser o mais resistente modo de produção que, apesar das várias crises ocorridas ao longo da história, ainda prevalece como modelo.

Assim, Singer (1987, p. 11), destaca o capitalismo como sendo:

[...] a corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a caça, pelos consumidores, do que “vai ser moda”, é a incessante mudança de processos e o sucateamento precoce de homens e máquinas. E é o trabalho alienado de muitos, subordinados às ordens do capital agindo às cegas e que, ao agir assim, ora cria progresso, ora crise, ambos inadvertidamente.

Contudo, o que mantém o sistema capitalista de produção são as desigualdades socioeconômicas. É através da miséria e da exploração do trabalho de muitos que o capitalismo se sustenta. Cabe ainda ressaltar que um considerável número de pessoas encontra-se socialmente excluídas, pois não fazem parte do mercado de trabalho. Dessa forma, destaca-se que as desigualdades socioeconômicas originadas pelo capitalismo não se constituem algo natural e devem ser superadas.

De acordo com Cattani (2003, p. 9-10), a dominação do planeta pelo modo capitalista de produção é responsável por três graves problemas, sendo eles:

O primeiro é decorrente da intensificação da sua natureza profunda: acumular e acumular, sempre e mais, disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na espoliação e na alienação do trabalhador. (...) O segundo problema, consequência do primeiro, diz respeito à agravamento das desigualdades. Nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e serviços de interesse coletivo, mas nunca houve tamanha injustiça no seu acesso e fruição. No limiar do século 21, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta. Alguns poucos bilionários detêm bens e poder superiores aos de dezenas e dezenas de nações. (...) Os riscos ligados à sobrevivência física do planeta e da sua população correspondem ao terceiro problema decorrente da expansão do “capitalismo turbinado”. Depois de explorar as riquezas naturais de maneira predatória, a expansão industrial ameaça hoje o ar, a água, a vida enfim.

Entretanto, ressalta-se que o capitalismo, no período de seu surgimento, representou um avanço incontestável, sobretudo para a organização da produção, tendo em vista que a economia, da maioria dos países, não se encontrava estruturada, havendo apenas formas primárias de organização das forças produtivas. A economia do período pré-capitalista era de subsistência, em que predominava o valor de uso sobre o valor de troca. O dinheiro, neste período, não possuía a mesma importância que lhe é conferida no sistema capitalista, seu uso restringia-se a aquisição de bens de produção mercantil e de bens para a ostentação, como, por exemplo, jóias, tecidos, perfumes, armas dentre outros.

Ainda em relação ao período pré-capitalista observa-se também que os princípios de cooperação eram valorizados em detrimento da competição. Tal fato motivou o surgimento das corporações de ofício que se constituíam em associações de artesãos, sendo responsáveis pela produção mercantil existente nas cidades. Com estas corporações objetiva-se buscar preços justos pelos produtos, a produção limitada de mercadorias, a qualidade dos produtos e outros. Diante do exposto, percebe-se que alguns dos princípios da socioeconomia solidária,

como, por exemplo, o trabalho coletivo, o preço justo e a qualidade dos produtos, a autogestão etc., já eram praticadas no período pré-capitalista. Do ponto de vista econômico, o capitalismo protagonizou um incontestável avanço. Porém, em relação ao fator social, tal modo de produção contribuiu para o agravamento dos problemas sociais, como, por exemplo, as relações de trabalho, a divisão de trabalho e as discrepâncias socioeconômicas.

Ao longo da história, sobretudo a partir do século XIX, as desigualdades socioeconômicas inerentes ao modo capitalista intensificaram-se, originando um elevado contingente populacional de indivíduos que não se encontram inseridos neste sistema, formando a parcela da população socialmente excluída. Em relação à exclusão social marcante no modo capitalista, Singer (2007, p. 259), afirma que:

O capitalismo é um modo de produção que não tem qualquer vocação para empregar a totalidade da força de trabalho disponível para ele. As empresas capitalistas descartam não só os tidos como incompetentes, mas todos que, por razões de gênero, idade, escolaridade, etc., são, a seus olhos, indesejáveis. Resulta daí, como traço estrutural do capitalismo, a ociosidade e o empobrecimento de grande parte da população economicamente ativa, seja na forma de desemprego crônico, seja na de exclusão social.

Diante de todos os problemas socioeconômicos oriundo do capitalismo, tornou-se necessário o surgimento de alternativas capazes de atender a população marginalizada do sistema econômico vigente, sobretudo aquelas experiências voltadas para a geração de trabalho e renda, uma vez que inserir a população no mercado de trabalho, mesmo que seja o trabalho informal, constitui-se em algo mais interessante e atraente do que as ações de cunho assistencialistas, que não contribuem para o desenvolvimento econômico dos países.

A socioeconomia solidária, enquanto possível alternativa de geração de trabalho e renda para os socialmente excluídos, contraria os princípios básicos do capitalismo, como por exemplo, a acumulação de capital e a individualidade presente entre os trabalhadores. Nesse sentido, cabe salientar que o sistema capitalista nunca se apresentou como um modo de produção totalitário.

Desde a instituição do capitalismo como modo de produção existiu uma parcela da sociedade que esteve a sua margem, seja por embates ideológicos, seja pelo próprio fato de que no capitalismo não há espaço para todos, visto que são as desigualdades sociais e econômicas que asseguram sua sobrevivência. A esse respeito Gaiger (2003, p.2), complementa que na economia contemporânea,

Contrariando as expectativas de uma integração e uniformização progressiva do tecido social, em decorrência de um desenvolvimento econômico que viria cedo ou tarde, processos de fragmentação e exclusão social se impuseram, nas últimas duas décadas, com virulência insuspeita e efeitos dramáticos. Enormes contingentes, alijados do mercado de trabalho e abandonados pelas políticas sociais em recuo, viram-se compelidos a criar suas próprias oportunidades de trabalho e sobrevivência. Expandiu-se o setor informal, multiplicaram-se os pequenos negócios, resgataram-se, por outro lado, práticas de entre - ajuda e cresceu o interesse pela idéia de dar as mãos e fazer, da união de forças, o caminho de uma nova alternativa.

Contudo, deve-se destacar que a socioeconomia solidária não se constitui como a única forma de resistência ao sistema capitalista. Desse modo, consideram-se as formas de produção não-capitalistas como verdadeiros embriões de um processo de revolução social e econômico, visto que enfatizam valores como solidariedade, cooperação e respeito pela natureza e pela própria raça humana.

No fim do século XX, observou-se o paralelismo dessa economia alternativa com a economia natural, ou capitalista, entendendo-se que o ideal seria o equilíbrio entre a prática de avanços independentes dos grupos que se encontram diretamente ligados ao Estado, tanto quanto daqueles que estão comprometidos com a ordem do grande capital.

DEFININDO OS CONCEITOS: SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMÉRCIO SOLIDÁRIO

Neste trabalho abordamos a socioeconomia solidária de forma geral. Cabe ressaltar que os termos socioeconomia solidária e economia solidária serão abordados com sendo sinônimos, embora nem todos os autores concordem com esta afirmação.

Porém, o termo socioeconomia solidária será mais evidenciado, uma vez que este destaca o fator social antes do fator puramente econômico, tendo em vista que esta outra economia é feita de/por pessoas. Neste sentido, Arruda (2003, p. 232), destaca que “O termo socioeconomia solidária equivale a economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia [...]”.

O comércio solidário, também conhecido como comércio justo, ou ainda como comércio eqüitativo, surgiu na Europa no século XX como uma possível tentativa de inserir o pequeno produtor no mercado. É uma forma encontrada pelos países desenvolvidos de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais dos países mais pobres. As principais propostas do comércio solidário são: desenvolvimento social; preservação ambiental; criação de relações iguais entre produtores, comerciantes e consumidores; aproximação entre o produtor e o consumidor; garantia dos direitos de trabalhadores; garantia do preço justo pago ao produtor, dentre outros.

Através do comércio solidário tanto os trabalhadores rurais quanto os trabalhadores urbanos são beneficiados, pois se pretende através do mesmo a eliminação ou redução no número de atravessadores. Outro diferencial do comércio justo consiste no fato de que o preço pago aos produtos solidários é maior que os dos outros produtos tradicionais, a esse preço diferencial convencionou-se a denominação de *Premium price*.

Para produtos agrícolas e para o artesanato o mercado solidário é muito grande e está passando por um processo de expansão. Mas não são apenas esses produtos que são oferecidos pelo comércio solidário, pois a área de atuação desse tipo de comercialização está aumentando, o que aumenta também a oferta de produtos e serviços do comércio solidário.

Inserir o produtor no mercado através da comercialização de seus produtos é uma forma muito mais eficaz de promover o desenvolvimento social do que investir em políticas assistencialistas, que nada contribuem para o desenvolvimento econômico do país, onde o produtor não se sente como parte do sistema, da economia.

A prática do comércio solidário apresenta bons resultados, isso pode ser observado, dentre outros fatores, pelo aumento das exportações e, também, pelo aumento poder de compra, porém observa-se também a falta de incentivo, principalmente por parte dos governantes, em relação à prática do comércio justo.

No Brasil, o comércio justo iniciou-se, efetivamente, em 1999 com um grupo de agricultores nordestinos, do município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, difundindo-se, posteriormente, para outras regiões. As Organizações não-governamentais, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Marista de Solidariedade (IMS), preocupadas com o desenvolvimento social, são algumas das principais incentivadoras do comércio solidário no país.

Nota-se, no Brasil, a existência de algumas instituições que são exclusivamente voltadas para ações em prol do comércio solidário, como exemplo, destacam-se a Viva Rio e o Faces do Brasil. Porém o maior incentivo à prática desse tipo de comércio, ocorre por parte de algumas (ONG's), preocupadas com o desenvolvimento social, que dentre outras ações, apóiam o comércio justo. Mas essas não são as únicas formas de prática do comércio solidário, há também algumas associações e cooperativas, principalmente do setor agropecuário, que defendem e se beneficiam de tal forma de comércio.

O Quadro 1 apresenta algumas instituições brasileiras que apóiam e desenvolvem o comércio solidário, bem como a área e o início da atuação, entidades envolvidas, modalidade e principais objetivos.

A partir da última década do século XX, no Brasil, as principais formas de comercialização seguindo os moldes do comércio solidário são as feiras locais ou itinerantes, as cooperativas de compra, as vendas institucionais, as trocas de mercadorias (na forma de escambo), as lojas e pontos de venda solidários.

Existem também algumas lojas convencionais que aderem o comércio justo e, por isso, comercializam algumas dessas mercadorias juntamente com os demais produtos, como exemplo, encontram-se algumas lojas da rede C&A, lojas da rede de auto-serviço Pão-de-Açúcar e outros.

Quadro 1 – Instituições de Comércio Solidário no Brasil, 1966 a 2002

Redes	Início da atuação	Área de atuação	Entidades envolvidas	Modalidade	Principais objetivos
Ação Comunitária do Brasil	1966	Rio de Janeiro	Instituições privadas, ONG's, pessoas físicas	Acessórios, bijuterias, confecções, decoração, papelaria	Promover e defender os direitos de cidadania dos excluídos
Visão Mundial	No Brasil, 1975	Presente em cerca de 100 países	ONG's, sociedade civil	Artesanato, agropecuária, confecções	Transformação social sustentável
Grupo de Trabalho Amazônico	1992	Amazônia Legal	Mais de 500 entidades	Agricultores	Promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável
Viva Rio	2000	Rio de Janeiro	Roda Viva, Papel Pinel, Colônia Juliana, Moreira, Abayomi, Criola	Artesanato, confecções	Organizar, legalizar, equipar e capacitar cooperativas de costura já existentes no RJ
Coopercaju	2000	Rio Grande do Norte	Cooperativa de cajueiros e a ONG Visão Mundial	Agricultura	Capacitar pequenos produtores, investir em qualidade e comercializar a produção sem atravessadores
Nova Amafrutas	2000	Pará	Cooperativas de trabalhadores da fábrica e de pequenos agricultores	Produção de sucos	Melhoria de vida da comunidade, desenvolvimento sustentável e negociação favorável junto ao mercado
Faces do Brasil	2002	Nacional	ONG's, representantes governamentais, empresas, representações de trabalhadores e prestadores de serviços	Produtos agroecológicos	Promover o conceito de comércio solidário, acessibilidade de produtos e difundir princípios e critérios do comércio solidário
Bambuzeira Capricho	2002	Alagoas	Usina de cana, Prefeitura de Cajueiro, Sebrae, cooperativas e ONG's	Artesanato com bambu e papel reciclado	Desenvolvimento sustentável e o bem estar dos trabalhadores
Adere	2003	São Paulo	Pão de Açúcar	Artesanato	Tornar o deficiente mental um trabalhador eficiente
Ética Comércio Solidário	-	Recife	Pequenos produtores e com grupos da sociedade civil	Artesanato, confecções, agropecuária	Trabalha em prol do desenvolvimento sustentável

Org: SILVA, R. R. (2006).

No entanto, além da dificuldade encontrada na obtenção de dados e até mesmo de referencial teórico referente ao comércio solidário, principalmente em Minas Gerais, destaca-se ainda que, mesmos os empreendimentos que foram de fato considerados ao longo das pesquisas, já mencionadas, como experiências de comércio solidário não reuniam as principais características que definem o comércio solidário, ressaltadas anteriormente.

Assim, observou-se que, embora a existência do comércio solidário seja restrita a algumas localidades, o que ocorre é a comercialização de produtos e serviços da socioeconomia solidária, uma vez que é através da comercialização que os Empreendimentos Econômicos Solidários são mantidos. Em relação à comercialização dos produtos e serviços resultantes de práticas de economia solidária, destaca-se que o fato de que essa outra economia consiste em uma fonte de renda para os cidadãos não inseridos no mercado de trabalho, a maioria dos empreendimentos tem como objetivo principal a comercialização de seus produtos, que são basicamente artesanato, produtos alimentícios e materiais reciclados. É a venda dos mesmos que garante a obtenção de renda dos empreendimentos econômicos solidários.

A fase da comercialização é a etapa mais difícil de toda a cadeia produtiva, pois necessita cumprir uma série de normas e padrões exigidos pelos comerciantes, consumidores, vigilância sanitária e outros, como, por exemplo, rótulos contendo informações sobre o produto, no caso de alimentos. Grande parte dos empreendimentos não conhece as normas para a comercialização, pois não tem acesso a cursos de qualificação ou de gestão de empreendimentos, dentre outros. Outro fator que dificulta a comercialização é o fato de que os produtos solidários não são conhecidos por grande parte dos consumidores como os demais produtos, os quais estão sobre a mira e a influência constante da publicidade.

O conceito de socioeconomia solidária ainda está em processo de consolidação. De acordo com Vasconcelos (2007, p. 267), inexistente um conceito “preciso de Economia Solidária”. Diferentes definições são apresentadas por vários autores e áreas da ciência. Um desses conceitos, definidos por Vasconcelos (2007, p. 269), o qual utiliza como referencial Gaiger, compreende a socioeconomia solidária como:

Segundo Gaiger (2000), a Economia Solidária pode ser caracterizada a partir das práticas de autogestão e cooperação usadas nos empreendimentos autogestionário, que alteram o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente encontrados na empresa capitalista, já que tais empreendimentos se assentam na unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. Nesses empreendimentos: o funcionamento possui como premissa a propriedade social dos meios de produção, sendo vedada a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; o controle e o poder de decisão pertencem de forma paritária à associação dos trabalhadores; a gestão é determinada pelo conjunto dos trabalhadores, que organizam o processo positivo, operam as estratégias econômicas e decidem sobre o destino do excedente produzido.

Ainda em relação à definição de economia solidária destaca-se a proposta por Vasconcelos (2007, p. 275), segundo ele:

Em síntese, as múltiplas atividades cotidianas de subsistência dos marginalizados provêm de uma matriz comunitária, em geral, fortemente enraizada em um determinado lugar. São constituídas por pequenas unidades produtivas, envolvem mutirões na construção e conserto de casas, compõem-se de formas associativas de produção de alimentos, vestuários, remédios, artesanatos, objetos de uso pessoal e pequenos serviços, agricultura urbana e periurbana e agricultura familiar. São experiências que podem representar o embrião de uma nova cultura do trabalho. Esse conjunto heterogêneo de atividades em franca expansão ainda não se desenvolve num campo articulado. As reflexões sobre esse conjunto de experiências constitui o âmbito da Economia Solidária. Existem várias correntes, algumas francamente em termos de alcance e objetivos de suas propostas, mas de um modo geral, todas as formulações convergem para um núcleo comum: a solidariedade como o âmago de todas as propostas.

Schwengber (2006, p. 293) acredita que a economia solidária no Brasil:

[...] é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades econômicas cujo primado é o trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

Como pode ser observado, o conceito de socioeconomia solidária distingue-se da economia tradicional, apresentando princípios distintos. Em relação aos princípios da economia solidária, Singer (2007, p. 259-260), afirma que:

[...] todo poder de decisão pertence aos sócios por igual – cada cabeça um voto; é livre a entrada de novos sócios em qualquer cooperativa, o que significa que ela não está a serviço apenas de seus sócios (como proclama erroneamente a Lei 5764/71 que regula o cooperativismo no Brasil) mas de todos que queiram e precisem integrar-se à economia solidária; o patrimônio

da cooperativa se divide entre fundos divisíveis, pertencentes aos sócios, e fundos indivisíveis, que pertencem à cooperativa enquanto instituição, mas não as pessoas que compõem o seu quadro social a cada momento. Cada um desses princípios contraria frontalmente os que regem o funcionamento da empresa capitalista.

Diante de todos os conceitos apresentados de economia solidária, entende-se por socioeconomia solidária algumas alternativas encontradas para minimizar problemas relacionados ao desemprego crescente, sendo também uma fonte de geração de renda, para parte da população que não é atendida pelo modo capitalista de produção, destacando-se os desempregados, os trabalhadores prestes a perderem seus empregos (como, por exemplo, os trabalhadores de empresas em processo de falência) e os pobres de modo geral. Portanto, a socioeconomia solidária constitui-se numa significativa forma de inserção social.

Observa-se que essa “outra economia” é sustentada por quatro princípios básicos, sendo eles: o trabalho coletivo, através de associações, cooperativas ou grupos informais, que sejam suprafamiliares; a solidariedade, cujos resultados do trabalho sejam divididos de maneira justa entre os membros do grupo (tendo como princípio o fato de que socioeconomia solidária não visa o lucro, e sim lida com o excedente ou a sobra); a autogestão, na qual os próprios membros do grupo devem gerir o empreendimento e, para que isso ocorra, devem eleger um líder para coordenar o trabalho; o desenvolvimento de uma atividade econômica, pois como o empreendimento, na maioria dos casos, é a única fonte de renda dos trabalhadores, deve ter como objetivo garantir que as necessidades básicas do cidadão sejam atendidas, embora haja empreendimentos voltados para o autoconsumo.

Além desses princípios, cabe ressaltar que as experiências relacionadas a socioeconomia solidária não se restringem ao campo econômico, envolvendo também práticas sociais, políticas e, em alguns casos, ambientais, ressaltando os princípios de sustentabilidade. Tais experiências encontram-se organizadas sob diferentes formas, destacando-se as associações, as cooperativas, os grupos informais, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES – que nem sempre são legalmente registrados), as empresas autogestionárias, os clubes de troca, dentre outras; sendo conhecidos no âmbito da socioeconomia solidária como EES. Estes estabelecimentos realizam atividades distintas, como, por exemplo, a produção, a prestação de serviços e a comercialização.

A socioeconomia solidária caracteriza-se como uma forma alternativa de geração de trabalho e, conseqüentemente, de distribuição de renda, que se opõe ao modo capitalista de produção, por ser contrária a exploração dos trabalhadores, pregando a igualdade de gênero e racial. Contudo, nota-se que a socioeconomia solidária visa o desenvolvimento socioeconômico em virtude do simples crescimento econômico.

No âmbito das formas de trabalho que são regidas pela solidariedade, onde a socioeconomia solidária está inserida, destacam-se também, dentre outras, a Economia Popular e a Economia Popular Solidária; que são alternativas à geração de trabalho e renda, e tentam romper com a lógica excludente do modo capitalista de produção.

Assim, mesmo apesar dos conceitos de Socioeconomia Solidária e Economia Popular Solidária não serem sinônimos, as experiências de economia solidária destacadas nos próximos capítulos, referentes ao município de Uberlândia, relacionam-se com o seguinte conceito de economia popular solidária proposto por Valadão Júnior (2003, p. 101):

Como economia popular solidária entendem-se as iniciativas de geração de trabalho e renda que se situam na economia de sobrevivência, à margem, portanto, da economia de mercado. Nela, encontram guarida segmentos marginalizados tanto pelo mercado quanto pelo próprio Estado (LISBOA, 2001; GAIGER, 1998). Elas ocorrem quando pessoas que trabalhavam isoladamente se juntam para formar uma cooperativa, mas elas ainda não investiram em um processo de comercialização, não entraram no plano econômico, são empreendimentos de caráter semifamiliar ou grupal.

Ainda em relação ao conceito de socioeconomia solidária, há de se considerar também que a mesma não diz respeito apenas às questões relativas ao mercado de trabalho. Ela constitui-se como uma nova visão social onde os trabalhadores, a partir de experiências coletivas e de autogestão, não somente apreendem sobre o ato de produzir como, também, entram em

contato com uma outra realidade, pautada em princípios não valorizados no capitalismo como, por exemplo, a noção de solidariedade e de trabalho coletivo. Na perspectiva dessa outra economia encontram-se diferentes formas de organização do trabalho coletivo, sendo os mais comuns: os grupos informais, desprendidos da documentação formal exigida para estabelecimentos; as associações e as cooperativas. Além dessas formas de organização citadas, destaca-se também a existência de clubes de troca, de clubes de poupança, de cooperativas de consumo, de crédito, de produção, de comercialização, de prestação de serviços, habitacionais, dentre outras.

Dentre essas organizações de trabalho as que mais se destacam no âmbito da socioeconomia solidária são as cooperativas, sendo as mesmas consideradas a forma clássica dos empreendimentos resultantes de experiências dessa outra economia. Nelas o conceito chave é a cooperação, pois agrega valores de colaboração e ajuda mútua.

Entretanto, embora a produção seja a atividade que se apresenta mais significativa no âmbito da economia solidária, existem também experiências voltadas ao crédito e ao consumo. Esta é, sem dúvida, uma forma paralela ao sistema capitalista, pois assume distintas relações de produção e distribuição de bens e serviços do que os adotados pela maior parte da sociedade, conforme veremos a seguir.

A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA AO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

Muitas discussões existem a respeito da socioeconomia solidária. Alguns pesquisadores defendem a ideia da economia solidária como uma forma de resistência ao sistema capitalista, sendo uma alternativa para aqueles que não se encontram atendidos por este sistema vigente. Outros acreditam na economia solidária como um novo modo de produção, como sugere Singer (2002, p. 10), segundo ele:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja produção, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Embora a socioeconomia solidária seja uma realidade no cotidiano de muitas pessoas em diversos países, inclusive no Brasil, observa-se que, em alguns casos, ocorrem adaptações do modelo ideal proposto por alguns autores que concebem a socioeconomia solidária como uma verdadeira utopia. No presente trabalho, conforme salientamos anteriormente, adotamos a ideia de economia solidária como uma forma alternativa ao sistema econômico, capaz de suprir as necessidades básicas dos cidadãos e defender os interesses dos trabalhadores.

Cabe ressaltar ainda que, a socioeconomia solidária não se constitui como um modelo revolucionário para mudar ou subordinar o sistema atual, caracterizando-se apenas como um projeto que tem como objetivo estruturar uma alternativa econômica, social, política e cultural. Uma vez que, paralelamente ao sistema capitalista, constata-se que existem formas alternativas que atendam e supram as necessidades mínimas da parcela da população que se encontra à margem do modo de produção vigente.

SOCIOECONOMIA SOLIDARIA: SURGIMENTO E OS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A economia solidária surgiu nas primeiras décadas do século XIX, na Europa, em decorrência da Revolução Industrial, onde trabalhadores insatisfeitos com as novas condições de trabalho (passagem do artesão para o operário) e com o empobrecimento, resultado do emprego de máquinas na produção, passaram a se reunir e formaram as primeiras cooperativas, a fim de desenvolverem o trabalho coletivo e autogestionário, este momento pode ser considerado o embrião da socioeconomia solidária, de acordo com Singer (2007). Ainda de acordo com Singer (2007, p. 259), em relação ao surgimento da socioeconomia solidária, destaca-se:

[...] economia solidária, vem acontecendo praticamente desde os primórdios do capitalismo industrial. Cooperativas de diferentes espécies vêm sendo criadas e operadas há mais de 200 anos e os princípios que as regem, pelo

menos desde a formação dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, são explicitamente socialistas [...]

A partir do surgimento da socioeconomia solidária, um número considerável não apenas de cooperativas como também associações e grupos de trabalho coletivos, ou seja, de EES, surgiram e se desenvolveram, empregando uma série de pessoas que se encontravam desempregadas ou descontentes com as condições de trabalho dos operários.

Conforme as cooperativas e as associações desenvolviam-se os princípios de autogestão eram abandonados, uma vez que os sócios das mesmas delegavam as tomadas de decisão para um grupo reduzido de sócios, assemelhando-se às empresas capitalistas de heterogestão, em que o comando da empresa e a tomada de decisões do empreendimento concentram-se nas mãos de poucos. Ainda em decorrência do crescimento das cooperativas, passou-se a empregar trabalhadores não-sócios (assalariados), fato este que também descaracteriza a economia solidária.

O crescimento econômico dos países, bem como a adoção do modelo de vida norte-americano, a política de pleno emprego e o direito à organização sindical dos trabalhadores, destacam-se como fatores que limitaram as experiências de socioeconomia solidária. Dessa forma, parte das cooperativas fundadas no século XIX tornaram-se empresas capitalistas, parte não obteve resultados satisfatórios e encerraram suas atividades.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, observa-se o ressurgimento da socioeconomia solidária, devido, dentre outros fatores, as elevadas taxas de desemprego, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Diante do aumento do número de desempregados, do processo de desindustrialização, bem como da estagnação econômica, vivenciados pelo país a partir da década de 1980, Campelo de Vasconcelos (2007, p. 263), ressalta que:

Foi nesse contexto que se deu o aparecimento de um conjunto de experiências, a partir dos meados dos anos 80, no Brasil, tendo em comum o fato de estarem assentadas em traços constitutivos de solidariedade, cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária, conformando uma racionalidade específica, distinta da baseada apenas na lógica do mercado e do lucro.

Neste sentido, ainda conforme salienta Singer (2004, p. 8):

Tanto em sua origem, na primeira metade do século XIX, como em seu recente ressurgimento, a economia solidária mais uma vez constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho (desde os 1980) e da crescente intensificação com o desempenho do sistema público de seguridade social.

Após o ressurgimento da socioeconomia solidária observa-se um processo de expansão desta outra economia, uma vez que é grande o número de pessoas que não tem acesso ao emprego formal e não conseguem suprir as necessidades mínimas de sobrevivência, portanto, encontram-se socialmente excluídas. A socioeconomia solidária representa, desse modo, uma importante possibilidade para os marginalizados do sistema econômico, na medida em que a mesma constitui-se numa fonte alternativa de geração de renda e de trabalho.

No Brasil, ao contrário dos países europeus, a socioeconomia solidária surgiu em uma única fase, a partir das últimas décadas do século XX, na década de 1980, que ocorreu uma profunda crise socioeconômica marcada pelo processo de desindustrialização, resultando no aumento do desemprego.

Um dos marcos da economia solidária no Brasil foi a criação, na década de 1990, da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que atualmente possui cerca de 100 cooperativas filiadas. A ANTEAG tem como objetivo a autogestão dos sócios que, anteriormente, constituíam-se em assalariados de empresas capitalistas que entraram em processo de falência, desse modo os trabalhadores passaram a gerir as empresas, que se tornaram cooperativas ou associações, mantendo, portanto, seus postos de trabalho.

Outro marco do movimento da socioeconomia solidária no país foi a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), formada em 1999 pela Central Única de Trabalhadores (CUT), juntamente com a Rede Unitrabalho e com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESE). O papel da ADS é, através de cursos, difundir os conceitos de socioeconomia solidária entre as entidade de apoio a economia solidária e as lideranças sindicais.

Destaca-se ainda o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), formadas por algumas Universidades, apresentando como objetivos a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários recém-formados, auxiliando nos processos de implantação e legalização dos EES, na produção, na comercialização dentre outros.

Dessa forma, é notório o crescimento, bem como as ações de incentivo ao desenvolvimento da socioeconomia solidária no país, que se constitui como realidade na vida de muitos brasileiros. Diante disso, o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), objetivando o fortalecimento e apoio de ações referentes a prática da socioeconomia solidária no Brasil.

A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E O TERCEIRO SETOR DA ECONOMIA

Há divergências em relação à inserção da socioeconomia solidária no Terceiro Setor, uma vez que a maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários apresenta-se como fonte geradora de trabalho e renda. De acordo com Valadão Júnior (2003), acredita-se que as organizações do Terceiro Setor estejam passando por uma fase de redefinição, pois “elas podem estar transitando de um modelo assistencialista, de acentuada dependência do poder público, para um modelo de auto-sustentação”. (Valadão Júnior *apud* TAVARES, 2000)

Ainda em relação ao Terceiro Setor, Melo (2005, p. 16-17), afirma que:

[...] embora a economia solidária seja vocacionada a assumir características próprias do denominado “terceiro setor” (aquele que não corresponde ao Estado nem ao mercado), os empreendimentos de economia solidária diferem das organizações do terceiro setor, tendo estas um papel relevante na conformação e no crescimento dos empreendimentos econômicos solidários. Sob o conceito de terceiro setor estão algumas tendências gerais da sociedade contemporânea (...)

Quando se considera que a socioeconomia solidária faz parte do terceiro setor da economia, considera-se apenas as experiências que não se destinam à produção e/ou comercialização de produtos e/ou serviços, mas sim constituem-se em organizações ou instituições de apoio ao desenvolvimento dessa outra economia. Ou seja, as experiências de economia solidária, ligadas ao terceiro setor, são representadas, sobretudo, por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou instituições voltadas para a filantropia, que tem como objetivo garantir melhores condições de vida para os mais desfavorecidos econômica e socialmente. Como exemplo dessas instituições do terceiro setor que fomentam a socioeconomia solidária, pode-se citar iniciativas da Cáritas Brasileira e da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), ligado à Igreja Católica e a Fundação Viva Rio, do Rio de Janeiro.

Assim, Singer (2003, p. 117) destaca que:

A economia solidária assume, nesses contextos, muitas vezes um papel importante de combate ao desemprego e pela inserção social [...]. Nessas condições, a economia solidária se integra ao terceiro setor tomando a forma de organizações não governamentais (ONGs), sustentadas primordialmente pelo poder público mediante contratos.

Ainda de acordo com Singer (2004, p. 7), ressalta-se que a economia solidária “[...] é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais”.

Constata-se, portanto, que a socioeconomia solidária, apesar da expansão pela qual se encontra e mesmo não sendo uma prática recente, ainda não se apresenta totalmente consolidada, havendo muitas divergências até mesmo em relação à conceituação. Observa-se que essas divergências são maiores na teoria do que na prática, pois enquanto há discussões,

como por exemplo, se essas experiências pertencem ou não ao Terceiro Setor, os princípios básicos dessa outra economia estão sendo diariamente praticados pelos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, que em muitos casos nem conhecem essa denominação que foi dada as práticas que lhe são corriqueiras.

A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E O “CIRCUITO INFERIOR” DA ECONOMIA

Pesquisadores de várias áreas desenvolvem, ou já desenvolveram, trabalhos referentes a socioeconomia solidária. Alguns, porém, não utilizam esta denominação, como ocorre com o geógrafo Milton Santos. Segundo este autor (2008, p. 26), a economia urbana encontra-se dividida em dois setores, sendo eles: “o circuito superior” e “o circuito inferior”. Estes circuitos, segundo Santos, são responsáveis tanto pelo processo econômico quanto pelo processo de organização do espaço definindo-os como:

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 2008, p.22)

Particularmente, em relação ao circuito inferior, Santos destaca ainda que:

É necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservado o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos. É nessa perspectiva que se deve velar por uma adequada regulação da dialética dos dois circuitos nas cidades e no sistema de cidades. (...) O circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços. (SANTOS, 2008, p. 23-24)

A partir das definições apresentadas por Santos para o circuito inferior, observam-se grandes semelhanças entre o mesmo e a socioeconomia solidária, uma vez que ambos defendem a idéia da geração de trabalho para os cidadãos que são excluídos do mercado formal de emprego; destacando-se também a complementaridade dos dois circuitos da economia, como acontece com a economia solidária, aqui apresentada como uma alternativa às desigualdades geradas pelo modo capitalista de produção.

Ainda com relação ao circuito inferior, Santos (2008, p. 40), ressalta que “o circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”.

Porém, em relação à socioeconomia solidária, observa-se a existência de alguns empreendimentos responsáveis por grandes produções. Em alguns casos, a exportação de produtos solidários e, até mesmo, EES formados por indivíduos que possuem um elevado nível de escolaridade, embora tais exemplos não se configurem na totalidade das experiências de economia solidária.

Deve-se ressaltar que a essência da socioeconomia solidária já era analisada antes mesmo dessa denominação, que teve origem nas últimas décadas do século XX. E que, assim como os circuitos da economia, a socioeconomia solidária não se restringe apenas ao fator econômico, mas também se volta para questões sociais, ambientais e culturais, como já mencionado.

A EXPANSÃO DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Alguns fatores contemporâneos como, por exemplo, a incorporação de tecnologias no processo de produção, a falência de empresas, as privatizações, e a globalização, estimulam experiências associativas e de autogestão, pois tais fatores contribuem para elevar as taxas de desemprego, em diversos países, desenvolvidos ou não. Diante disso, cabe ressaltar que a socioeconomia solidária encontra-se em processo de expansão, sobretudo no Brasil, que

apresenta grandes problemas relacionados à desigual distribuição de renda, bem como elevadas taxas de desemprego.

De acordo com os dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2010), no Brasil, atualmente, o número de pessoas envolvidas com a economia solidária ultrapassa um milhão, que se encontram distribuídas em aproximadamente 20 mil Empreendimentos Econômicos Solidários. As experiências de economia solidária dão origem aos EES, que são os espaços destinados a produção e, em alguns casos, a comercialização dos produtos resultantes do trabalho coletivo e autogestionário. Em relação aos Empreendimentos Econômicos Solidários, Gaiger (2003, p. 135), afirma que:

Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinados indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem.

Os primeiros dados oficiais que se tem sobre a socioeconomia solidária, sobretudo em relação ao número de Empreendimentos Econômicos Solidários, são da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), referentes ao ano de 2005, quando foi realizado o primeiro levantamento dessa outra economia no Brasil.

A expansão da socioeconomia é uma realidade em todos os estados brasileiros, em razão do apoio considerável de governos estaduais e municipais, além do crescente apoio por parte do Governo Federal. Diante desta expansão fez-se necessária a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que objetiva-se a mobilizar e articular o movimento da socioeconomia solidária no Brasil, apoiando os EES, as entidades que apóiam a socioeconomia solidária e os gestores públicos de economia solidária. Além do FBES, em nível nacional, foram criados fóruns que apóiam a socioeconomia solidária em todos os estados do país. Estes fóruns têm como objetivos atender os EES, as entidades de apoio e também os gestores públicos, a nível local e regional.

Ainda de acordo com dados fornecidos pela SENAES no ano de 2005 o estado de Minas Gerais ocupava a 3ª posição no ranking de números de EES da região Sudeste, representando 14% do total da região, ficando à frente apenas do estado do Espírito Santo.

A situação de Minas Gerais em relação à socioeconomia solidária sofreu algumas alterações no período de 2005 a 2007. É notável o crescimento dessa “outra economia” no país, sendo que o número, tanto de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) quanto de trabalhadores diretamente envolvidos nesses empreendimentos, cresceu consideravelmente na maioria dos estados brasileiros.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o estado de Minas Gerais apresentou crescimento significativo o que o destaca no cenário nacional. Em 2005 o estado ocupava a terceira colocação no ranking da economia solidária na Região Sudeste, com total de 521 EES. Em 2007, tornou-se o segundo estado da referida região com o maior número de empreendimentos, com 1236 EES, sendo superado apenas pelo estado do Rio de Janeiro.

No que se refere à prática, tanto do trabalho coletivo quanto da própria economia solidária, observam-se mudanças em relação ao comportamento de algumas mesorregiões mineiras relacionadas, dentre outros fatores, ao aumento do desemprego e a maior necessidade de geração de renda.

Existem regiões de Minas Gerais, em que o cooperativismo é mais representativo, devendo-se, dentre outros motivos, a questões histórico-culturais que favorecem as experiências de socioeconomia solidária. Porém, em algumas localidades, não há presença de ações coletivas, não havendo a valorização do trabalho em grupo e de outros princípios defendidos pela

socioeconomia solidária, o que dificulta a identificação das experiências existentes e até mesmo, impede que grupos solidários sejam criados.

Neste sentido, algumas mesorregiões do estado mineiro destacam-se mais que as outras, sendo elas: Belo Horizonte, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Os empreendimentos dessas localidades são mais representativos, mais conhecidos e mais beneficiados pelos projetos de apoio à socioeconomia solidária, tal fato deve-se, dentre outros fatores, às condições econômicas, às condições de pobreza e miséria, maiores que nas demais regiões, além de questões culturais, pois nesta região o espírito cooperativista e coletivista está mais arraigado.

Em relação ao estado de Minas Gerais, mais especificamente à Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, observa-se melhor essa expansão pela qual a socioeconomia solidária tem passado quando se compara os dados do I Mapeamento de Economia Solidária no Brasil (2005) com os dados referentes ao II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil (2007).

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, os EES não são tão significativos e fáceis de serem identificados. Em relação ao ano de 2005, assim como a realidade de Minas Gerais sofreu alterações no âmbito da socioeconomia solidária, muitas modificações também são observadas em relação a tal mesorregião. Essas mudanças devem-se, principalmente, a problemas relacionados à elaboração dos levantamentos feitos pela SENAES, visto que os empreendimentos existentes no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tiveram origem anterior ao ano de 2005, onde foram realizadas as pesquisas resultantes do 1º Mapeamento de empreendimentos econômicos solidários.

Contudo, observa-se que a situação descrita acima é a realidade da maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários, sobretudo os EES encontrados na Uberlândia, bem como na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Neste sentido, destaca-se que as experiências de socioeconomia solidária ainda não se encontram estruturadas, ocorrendo, na maioria dos casos, a adaptação do modelo ideal. A expansão da economia solidária no país é muito importante, pois demonstra a capacidade que as pessoas têm para encontrarem soluções capazes de gerar trabalho, renda e diferentes relações de trabalho.

No entanto, observa-se que essa expansão traduz ineficiências, principalmente por parte dos governantes, de garantir condições dignas de sobrevivência para a população.

Diante de todas as desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, faz-se necessário pensar e colocar em prática, alternativas que possam inserir uma maior parcela da população no mercado de trabalho, com o objeto de gerar uma nova fonte de renda, diminuindo, assim, as injustiças vivenciadas por séculos. Nesse sentido, a socioeconomia solidária constitui-se como uma possível alternativa de geração de trabalho e renda para os social e economicamente excluídos, tal fato pode ser comprovado quando se observa a expansão dessa outra economia a partir da última década do século XX no Brasil.

Apesar da história da economia solidária ser dividida em dois momentos distintos, o Brasil conheceu apenas seu período de ressurgimento, a partir da década de 1990, é a partir dos anos 2000 que os estudos sobre a socioeconomia solidária no país são mais expressivos.

O conceito de socioeconomia solidária ou, simplesmente, economia solidária precisa ser consolidado, a fim de que todos os trabalhadores envolvidos com a mesma possam se reunir em um mesmo conjunto a fim de garantir melhorias, como também facilitar os estudos referentes à temática.

Embora tenha objetivos concretos e necessários para o crescimento econômicos e o desenvolvimento do país, no Brasil, apenas no primeiro mandato do Governo Lula da Silva, em 2003, é que a socioeconomia solidária passou a ser reconhecida, principalmente a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Diante do exposto, também é necessário que as práticas da socioeconomia solidária sejam difundidas e divulgadas, a fim de que mais pessoas se insiram ou se re-insiram no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo capitalista de produção, desde sua criação, nunca se constitui num modelo totalitário, sempre existiram as minorias (não quantitativamente, pois em muitos casos representavam grandes números) excluídas cultural, social e economicamente. Contudo, as desigualdades

socioeconômicas são necessárias para o capitalismo, tendo em vista são essas disparidades que mantêm esse sistema, através da miséria e da exploração do trabalho de muitos.

Desde a instituição do capitalismo, enquanto modo de produção vigente existiram formas de resistência, principalmente da população excluída, contra esse sistema, além das crises enfrentados pelo mesmo. Diante das desigualdades e injustiças socioeconômicas oriundas do modo de produção capitalista faz-se necessário o surgimento de alternativas capazes de atender a população marginalizada do sistema econômico, sobretudo de experiências que visem a geração de trabalho e renda, uma vez que inserir a população no mercado de trabalho, mesmo que seja o trabalho informal, constitui-se em algo mais interessante e atraente do que as ações de cunho assistencialistas que não contribuem para o desenvolvimento econômico dos países.

Neste sentido, surge a socioeconomia solidária como fonte alternativa de geração de trabalho e renda para os excluídos. No entanto, essa outra economia não se constitui como a única forma de resistência ao sistema capitalista.

Os princípios da socioeconomia solidária destoam do capitalismo, que apresenta como objetivo a acumulação de capital e o lucro em detrimento de tudo; a economia solidária prioriza o lucro, mas trabalha com a noção de sobra, do excedente.

A economia solidária é sustentada por quatro pilares básicos, que são opostos ao capitalismo. Além desses princípios, cabe ressaltar que as experiências relacionadas a socioeconomia solidária não se restringem ao campo econômico, envolvendo também práticas sociais, políticas e, em alguns casos, ambientais, destacando-se a sustentabilidade.

Devido a esses fatores apontados a socioeconomia solidária encontra no Brasil potencial para seu desenvolvimento, uma vez que as taxas de desemprego e miséria no país são consideráveis. Desse modo, a economia solidária encontra-se em processo de expansão, tal fato pode ser comprovado tanto pelo aumento de Empreendimentos Econômicos Solidários e de seus trabalhadores, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), quanto pela próprio incentivo que os governos tem oferecido em relação à socioeconomia solidária.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, A.D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In.: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Farejador da Economia Solidária. Disponível em: < http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215>. Acesso em 26 de abril de 2010.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível em: < <http://www.fbes.org.br>>. Acesso em 26 de abril de 2010.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In.: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MELO, A. P. G. de. **Agricultura Familiar e Economia Solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserção nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2005. 127p. (Dissertação, Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, 2005.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHWENGBER, A. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil. In.: . In.: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em 20 de abril de 2010.

SILVA, R. R; CLEPS, G. D. G.. Comércio Solidário, algumas reflexões. In: **Comunicação Científica – I Encontro Nacional de Grupos PET Geografia**. Uberlândia (MG), 2006.

_____. As Redes do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação Científica – XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. A realidade do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação Científica – III Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Londrina – PR, 2007.

_____. As redes de comércio solidário: as formas de Comercialização dos produtos e serviços da economia Solidária em Minas Gerais. **Revista Horizonte Científico**. Volume 1, Número 10, pág. 1-30. 2009.

_____. O lugar e as formas de comercialização dos produtos e Serviços da socioeconomia solidária em Uberlândia – MG. **Revista Horizonte Científico**. Volume 1, Número 10, p. 1-25. 2009.

_____. O comércio, a cidade e a expansão da socioeconomia Solidária na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Para Onde**. Ano III, Número 5, p. 1-19. jul/dez 2009.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. In.: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Economia solidária e socialismo. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

_____. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. Um olhar diferente sobre a Economia Solidária. In.: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. (Orgs.). **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em 20 de abril de 2010.

VALADÃO JÚNIOR, V. M. **Bases epistemológicas e modos de gestão em organizações de trabalho e renda**. Tese. Florianópolis, 2003.

VASCONCELOS, T. A. C. de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.